



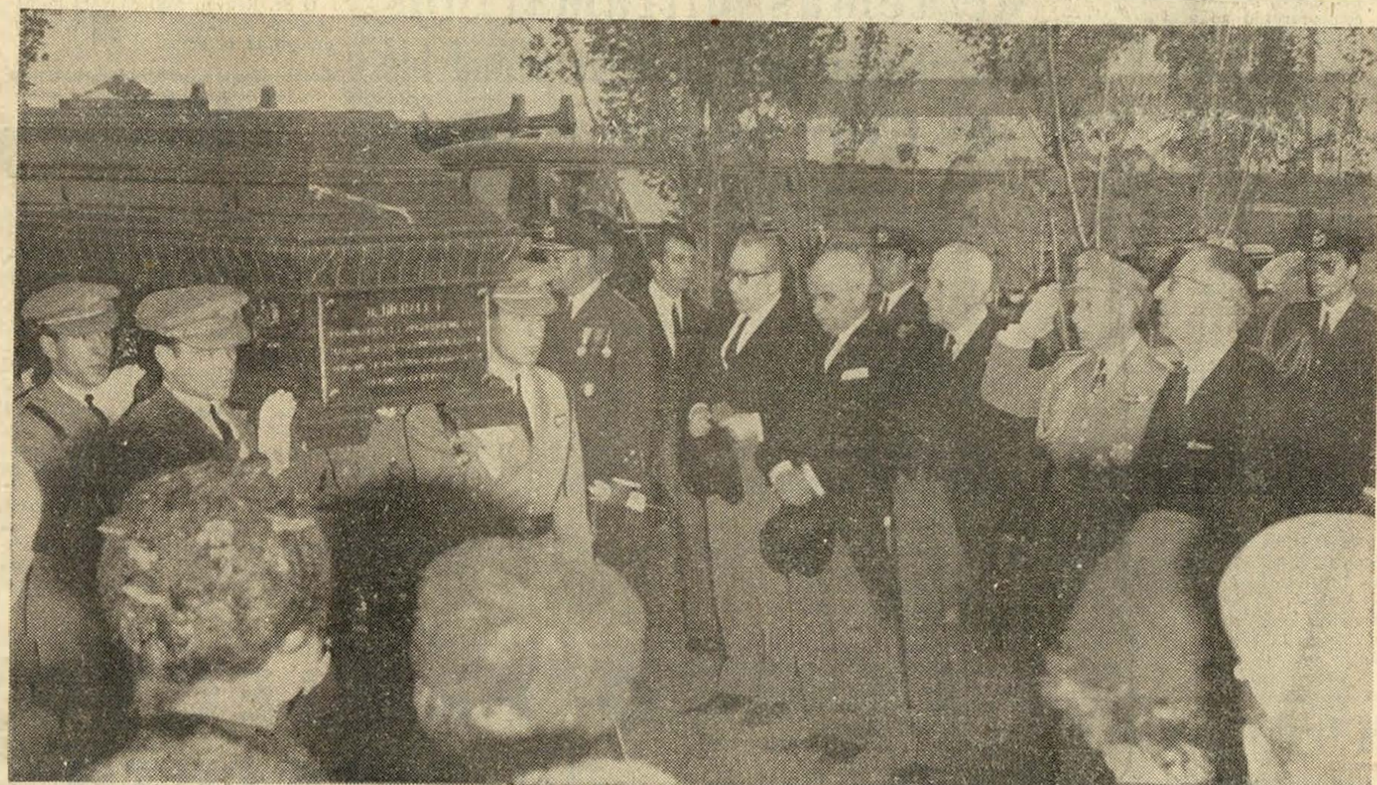
DIÁRIO DA MANHÃ

DIRECTOR: BARRADAS DE OLIVEIRA

EDITOR: ANTÓNIO DA FONSECA

LISBOA • 5.ª - FEIRA, 6 DE ABRIL DE 1967 • ANO XXXVII • N.º 12 828 • PREÇO 1\$00

PROPRIEDADE DA
COMPANHIA NACIONAL EDITORA
REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO
E OFICINAS
RUA DA MISERICÓRDIA, 85
TELEFONE 3 0737
ENDEREÇO TEL. «AMANEJA»



O REPRESENTANTE DO CHEFE DO ESTADO, O PRESIDENTE DO CONSELHO E MINISTROS ASSISTEM À CHEGADA DOS RESTOS MORTAIS DE D. MIGUEL E DE D. ADELAIDE A PORTUGAL

CHEGARAM A TERRA PORTUGUESA OS RESTOS MORTAIS DE D. MIGUEL I

que foram acompanhados a S. Vicente de Fora pelo representante do Chefe do Estado, pelos representantes da Família de Bragança, pelo Presidente do Conselho e membros do Governo

DA história o de ontem, em que D. Miguel I, o mais português dos nossos Reis, regressou à Pátria que o banira, entre o respeito do povo que o viu passar, eternecido, a caminho da sua fazenda de S. Vicente, aquela que já agora será a sua última morada até ao dia da Ressurreição dos mortos.

E nos olhos de muitos do povo que mal conhecem o Rei pelo nome havia lágrimas que dificilmente se disfarçavam em homenagem àquele que foi o Rei mais português dos Reis de Portugal. Por todo o percurso, D. Miguel passou entre alas do povo, sob janelas engalanadas que foram a grande homenagem da gente da capital, expressão e voz do povo de Portugal ao soberano que mais que nenhum outro o amou. E em especial do povo de Lisboa, desta Lisboa que D. Miguel especialmente amou.

O regresso de D. Miguel foi, na homenagem devida a um grande português, a afirmação inequívoca de que entre nós se mantém o culto dos grandes valores nacionais, daqueles que não de ser sempre exemplo a iluminar os caminhos do presente, para que Deus nos ajude no futuro.

A presença do Governo e das altas individualidades que acorreram a receber os restos mortais de D. Miguel, a presença da juventude, representada nos estudantes de todas as Faculdades da Universidade de Coimbra, do povo, do bom povo de Lisboa, foram disso prova eloquente e explícita.

A chegada a Alverca

Cerimónia simples mas plena de expressiva grandeza a da chegada ao aeródromo de Alverca dos corpos de D. Miguel e de sua mulher,

a Rainha D. Adelaide Sofia, que se encontravam, respectivamente, em Kleinheubach, na Baviera, e na abadia da ilha de Wight, na Inglaterra, transportados em dois aviões da Força Aérea Portuguesa.

No mastro de honra, a meia haste, as bandeiras nacional e das Oficinas Gerais de Material Aeronáutico. Soldados do Regimento de Caçadores Para-quedistas, de fardas camufladas, formavam alas desde a pista de aterragem até à entrada da povoação.

Centenas de pessoas, gente humilde que em Alverca reside, aguardavam a vinda daquele que foi como dissemos, um dos reis portugueses mais amados pelo povo.

Eram 18 e 40 quando aterraram os dois aviões. As urnas com os restos mortais de D. Miguel e D. Adelaide foram colocadas, a primeira num armário descoberto e a segunda num armário fechado da Força Aérea. A cobri-las o pavilhão real do desditoso príncipe e um painelamento preto com as armas reais portuguesas e do principado de Lowenstein.

Escoltados por alunos da Academia Militar, os dois armários seguiram para junto da capela da unidade.

Destacavam-se entre as numerosas individualidades que ali se encontravam o General Humberto Pais em representação do Chefe do Estado, o Presidente do Conselho, os Ministros do Interior e dos Negócios Estrangeiros, o Secretário de Estado da Aeronáutica, o Subsecretário de Estado da Presidência do Conselho, o chefe do Estado-Maior da Força Aérea e o chefe do Protocolo do Estado.

Da família de El-Rei D. Miguel encontravam-se presentes os duques da Bragança, D. Duarte e D. Ma-

ria Francisca; a Imperatriz Zita, da Áustria, o Príncipe da Beira, as infantas D. Filipa, D. Maria Antónia e D. Maria Adelaide e o infante D. Henrique.

Presentes também o Embaixador António de Seves, lugar-tenente do duque de Bragança; os Drs. João Ameal e Carlos Miguel Gonçalves; os condes de Almada e de Campo Belo, a condessa de Almôster. An-

(CONTINUA NA 3.ª PAGINA)

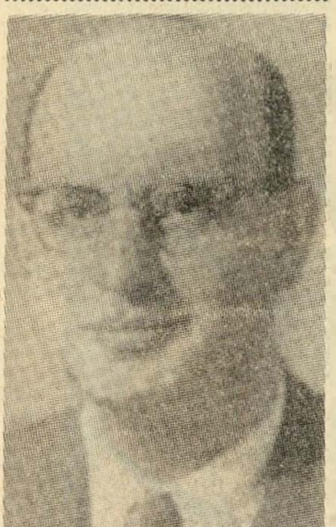
AS PESSOAS COLECTIVAS NO NOVO CÓDIGO CIVIL PORTUGUÊS

— tal foi o tema do colóquio orientado pelo Prof. Marcelo Caetano na Faculdade de Direito de Lisboa

DURANTE uma hora—mais do que o tempo previsto—numerosa assistência que enchia por completo o vasto anfiteatro da Faculdade de Direito ouviu o Prof. Marcelo Caetano falar sobre «As pessoas colectivas no novo Código Civil português».

O Prof. Marcelo Caetano começou por analisar o artigo 6.º do decreto de aprovação do código pelo qual foi ressalvada a vigência das normas de direito público referentes a pessoas colectivas que estejam contidas em leis administrativas, mostrando as dificuldades da sua interpretação. Em seguida examinou o âmbito de aplicação do capítulo que trata das pessoas colectivas, verificando que apenas abrange as de direito privado e de entre estas especialmente as associações sem fim económico e as fundações de interesse social. A propósito da referência que o artigo 157.º faz as

(CONTINUA NA 11.ª PAG.º)



MINISTRO P. W. BOTHA

O MINISTRO DA DEFESA DA ÁFRICA DO SUL CHEGA AMANHÃ A LISBOA

A iniciar a sua anunciada viagem de trabalho à Europa, é esperada amanhã em Lisboa, num avião que deve aterrar no aeroporto às 5 e 55, o Ministro da Defesa da República da África do Sul, Sr. J. W. Botha, que se demorará dois dias no nosso país.

No aeroporto estarão a aguardá-lo o seu colega português, Sr. General Gomes de Araújo, e os chefes dos Estados-Maiores da Armada, do Exército e da Força Aérea e os secretários-adjuntos da Defesa Nacional, tendo sido designado oficial de ligação o Sr. Comodoro Almeida Graça.

No próprio dia da chegada, às 10

(CONTINUA NA 11.ª PAG.º)

NA «POPULORUM PROGRESSIO»

O PAPA NÃO SE REFERIA AOS COMUNISTAS QUANDO PEDIU AOS HOMENS DE BOA VONTADE PARA LUTAREM CONTRA A FOME

Homens de boa vontade são os que crêem na ordem natural. Mas se a ordem natural é considerada um preconceito burguês, uma das superestruturas criadas pela opressão económica — e é este o caso dos comunistas — então esta base comum deixa de existir

CIDADE DO VATICANO, 5 de Abril

A revista «Osservatore della Domenica» afirma que o Papa Paulo VI não se referia aos comunistas quando pediu a todos os homens de boa vontade, para lutarem contra a fome do Mundo.

«Os comunistas italianos julgam que se podem identificar com os homens de boa vontade a que Sua Santidade se referiu na sua encíclica «Populorum Progressio» — observa a publicação do Vaticano, perguntando:

«Quem são os homens de boa vontade?»

Estes são os homens de boa vontade

«Uma definição não é fácil. Mas de uma maneira geral pode dizer-se que os homens de boa vontade são aqueles que acreditam na exis-

tência de valores naturais, os mesmos para todos, em qualquer tempo e lugar — Justiça, Paz, Amor, Fraternidade, Solidariedade, etc. — ou, por outras palavras, que crêem na existência de uma ordem natural que torna possível um certo convergência moral e prática acima das barreiras de religião, de raça, de língua, de condição.»

«Estes são homens de boa vontade» — afirma «Osservatore della Domenica», dizendo, a concluir:

«Mas se a ordem natural é considerada um preconceito burguês, uma das superestruturas criadas pela opressão económica — e este é o caso dos marxistas-leninistas e consequentemente dos comunistas — então esta base comum deixa de existir.»

O que leva os comunistas a aplaudirem parte da Encíclica

«O que existe é o relativismo ético, que os leva a aceitar e a apoiar aquilo que em determinada altura é ou lhes parece útil» — escreve o articulista.

«Ontem era a encíclica do Papa João XXIII, «Pacem in Terris», depois, algumas interpretações do Concílio. Hoje, a encíclica «Populorum Progressio».

O «Osservatore della Domenica» afirma que os comunistas italianos resolveram apoiar a encíclica, depois de uma hesitação inicial, porque «teriam gostado de referências mais directas e palavras mais severas sobre a guerra do Vietnã».

«Passaram, porém, a apoiar a primeira parte da encíclica a que contém referências críticas ao capitalismo liberal e ao lucro, e mantêm certas reservas quanto à segunda parte.»

«É nesta segunda parte da encíclica que se pede a colaboração internacional para solucionar o desequilíbrio económico — a antítese perfeita da concepção marxista apoiada na luta de classes dentro das nações, e agora, ao que esperamos, entre as nações.»

Opondo-se à teoria comunista de que a encíclica liberta os católicos italianos do dever de apoiar a democracia cristã, o «Osservatore della Domenica» afirma que a unidade católica surge «não por imposição das autoridades, mas em resultado das convicções cristãs».

«O cristão, adito conhece-as e respeita-as. Quanto aos outros, que estão mais expostos a armadilhas, não há dúvida de que, em caso de necessidade, serão aconselhados por aqueles que têm o dever de o fazer.»

«A Igreja, que proclama a origem da autoridade, previne ao mes-

mo tempo aqueles que a detêm de que o Poder, vindo de Deus, está limitado pelos direitos da pessoa e pelas exigências da ordem pública», declara o Papa Paulo VI, numa

(CONTINUA NA 11.ª PAG.º)

NOTA INTERNACIONAL

A CONCLUSÃO ESTÁ CERTA MAS...

A revista inglesa «African World Annual», publicou recentemente um artigo assinado pelo Sr. Alan Gray, escritor de mérito e jornalista consagrado.

Trata-se de um balanço geral da situação política da África no termo do ano de 1966. As conclusões a que chega não são animadoras e de modo algum permitem esperar uma melhoria sensível nos tempos mais próximos.

O autor do artigo alarma-se perante os movimentos que se registaram no curso do ano findo e afirma que eles operaram no mau sentido. Em vez de um progresso, verifica-se um retrocesso e o continente penetrou numa nova era de escravidão.

A opinião exposta, filia-se no facto de a Democracia haver sofrido sucessivos desastres no espaço africano ao longo dos doze meses decorridos e no doloroso reconhecimento de que no Continente Negro as ditaduras se substituíram aos regimes de partidos. Donde a conclusão, bem expressa, de que os países negros se não adaptam aos sistemas democráticos concebidos pelas nações do Ocidente.

Temo-lo dito e redito, muito embora não tenhamos pela Democracia clássica uma particular ternura: para que um regime desse tipo funcione, é essencial a existência de partidos, portadores de ideologia própria e caracterizados por programas definidos.

Isto é da natureza das instituições para as quais se reivindica o exclusivo do princípio democrático e as quais assentam na divisão e na contradição das opiniões.

Saber se o sistema é bom ou mau não é o que está em causa, mas sim o juízo a formular sobre a sua aplicação à margem do funcionamento de partidos organizados, ou seja, das máquinas de governar que lhe são indispensáveis. Se essas estruturas não existem, o regime que tem por base o conceito divisionário socobra necessariamente na competição imoderada e na desordem mais aflitiva.

Ora, a verdade é que, em África, não há partidos mas apenas organizações tribais, despidas de fundamento ideológico e de programas governativos, pelo que não admira que as instituições importadas se não consigam aclimatar. O Sr. Alan Gray conclui certo, muito embora, por defeito de formação, lhe escape a explicação do fenómeno.

União Nacional

OS PROBLEMAS DA NAÇÃO E DO ESTADO

A mensagem do 28 de Maio visava, de facto, um duplo objectivo e punha claramente dois problemas: o da Nação e o do Estado.

O primeiro destes problemas dizia respeito ao essencial e ao permanente, aos interesses que são de sempre na vida de um país e ao primeiro de entre eles que é a conservação da sua identidade.

O segundo problema referia-se à essência e à construção do Estado, ou seja, em certa medida, a um aspecto temporal e influenciado pela circunstância.

A Nação, naquilo que a caracteriza e lhe confere direito à independência, no que é expressão da sua personalidade, resiste ao desgaste dos anos e mantém-se no quadro das constantes históricas. Pode, por comodidade, dizer-se que é imutável.

Do Estado já não é possível dizer o mesmo porque as estru-

turas políticas não têm o menor carácter de perenidade. Não há regimes perfeitos, até porque os regimes exprimem uma opção dos homens. Todos eles têm defeitos e talvez todos tenham qualidades. Por isso, em cada momento histórico, se pode pôr a questão de saber qual seja a fórmula que se encontra mais de acordo com as necessidades do País e até com a conjuntura mundial.

É possível preferir a qualquer outro sistema a República ideal de Platão e reconhecer que não é oportuno tentar a experiência de a edificar.

O que importa fixar é que os problemas do Estado só têm solução dogmática no que se relaciona com a ética e com a submissão da política às regras da lei moral. No mais, nas questões de estrutura, o Estado tem de subordinar-se ao interesse da Nação. Até porque não passa da sua expressão jurídica.

SOMENTE UM ACTO DE REPARAÇÃO NACIONAL

APÓS mais de um século de desaterramento injusto, cumprido na vida e até na morte, regressou à sua Pátria, a Pátria de seus maiores, El-Rei D. Miguel I.

Não História multissecular de Portugal fecha-se, assim, mais uma página — talvez a maior dos tempos contemporâneos — de reabilitação e de rectificação.

A vinda dos restos mortais de D. Miguel e dessa grande e exalta figura que é a Rainha D. Adelaide, sua companheira, desvelada, no sacrilégio e no heroísmo com que soube participar no infortúnio do Rei banido, não é já um acto político que porventura ainda pudesse causar divisões, não em relação à pessoa do Soberano, que Oliveira Martins disse ser o mais nobre de todos os Reis, e por isso o último que o povo amou, mas relativamente aos princípios que ele tão ardorosamente amou e defendeu.

D. Miguel, insitimos, não é já um caso político, mas apenas e sómente, o que é imenso, um caso de História, da nossa História.

Hoje ninguém de boa vontade dis-

cute, já os seus direitos, a sua legitimidade mais do que comprovada e aceita por quantos sabem ou procuram saber ler história. É problema que não causa problemas, como ora se diz-se. Por isso mesmo não é esse aspecto, que nesta hora deveria estar em causa. Repetimos: D. Miguel já não pertence à política, para só nas laudas da História encontrar conteúdo, verdadeiro.

Acto de reparação, acto de justiça é este que o Governo, atento à voz do passado, senhor e seguro do presente, na construção do futuro, logra realizar, nesta homenagem ao Soberano que foi antes de tudo e acima de tudo, um grande português e, por isso mesmo, um grande exemplo em que muito há que aprender, na hora crucial, que todos vivemos e na qual sentimos, a cada momento que passa, a maior necessidade de afervorar a devoção aos valores ancestrais da Pátria.

Foi o mais nobre de todos os Reis, disse-o Oliveira Martins, cujo liberalismo torna insuspeita a afirmação.

Vencido por uma conspiração in-

ternacional que estava longe de servir o interesse português, o Rei expoliado, banido e caluniado, a tudo se resignou heroicamente, estóica e, mesmo, a deixar de ser português. Os seus mais irreduzíveis adversários não se sentiram capazes de afrontar ou diminuir, sequer, o seu patriotismo, desde sempre afirmado e corajosamente servido, numa vida que não foi longa, mas sempre digníssima não apenas no exercício do Poder, que por pouco tempo teve, e no qual, mesmo na convulsão que tudo levava de venci- da, soube evidenciar altas qualidades de estadista que só as circunstâncias não deixaram melhor se afirmassem, mas, principalmente, desde a hora trágica e injusta de Évora-Monte até à morte no exílio angustiante e demorado de 32 anos.

Todavia, e apesar de assim ser, tal não nos impede de verificar, com desgosto, haver ainda uns quantos abencerragens de um liberalismo

(CONTINUA NA 11.ª PAG.º)

OSCAR FAXEIRO

HIDRO ELÉCTRICA DO CAVADO

S. A. R. L.

SEDE
Rua de Sá da Bandeira, 567
PORTO

Capital autorizado: 1 250 000 contos

DELEGAÇÃO
Avenida Sidónio Pais, 14
LISBOA

EMIÇÃO DE 100 000 ACÇÕES DO VALOR NOMINAL DE ESC. 1000\$00

PAGAMENTO DA SEGUNDA PRESTAÇÃO

Conforme foi oportunamente anunciado, avisam-se os senhores accionistas de que o pagamento da segunda prestação das acções subscritas, quer das tomadas com reserva de preferência, quer das oferecidas à subscrição pública, será efectuado de 3 a 8 do próximo mês de Abril.

Esse pagamento, cujo valor é de Esc. 500\$00 em relação às primeiras, e de Esc. 625\$00 para as segundas, terá lugar na sede da Sociedade e sua Delegação de Lisboa, nos casos em que foram utilizados os seus serviços, ou nos estabelecimentos de crédito preferidos para efectuar as respectivas subscrições, mediante a apresentação dos documentos provisórios em poder dos senhores accionistas, documentos nos quais será convenientemente anotado aquele pagamento.

PORTO, 30 de Março de 1967.

CONFERÊNCIA DO PROF. MARCELO CAETANO SOBRE O CÓDIGO CIVIL

(CONTINUAÇÃO DA 1.ª PAG.ª)

sociedades. ocupou-se da personalidade jurídica das sociedades civis. problema que o código continua a deixar em aberto, chamando a atenção para a importância do registo comercial como acto declarativo da personalidade das sociedades e a ele sujeitos e criticando as anomalias da legislação que actualmente regula esse registo. Tratou também da aplicação de disposições do mesmo capítulo às associações não reconhecidas e afastou qualquer relação com as normas de conflitos relativas às pessoas colectivas.

Os princípios fundamentais do regime jurídico da personalidade colectiva de direito privado

Passando à análise das disposições gerais do capítulo estudado, destacou o Prof. Marcelo Caetano os princípios fundamentais do regime jurídico da personalidade colectiva de direito privado, que sucessivamente estudou: o princípio do reconhecimento pelo Estado, o da organização constante de estatutos, susceptíveis de publicação, o da ampla capacidade

MINISTRO DA DEFESA DA ÁFRICA DO SUL

(CONTINUAÇÃO DA 1.ª PAG.ª)

cional oferece-lhe um jantar no Forte de S. Julião da Barra. Depois de amanhã, às 9 e às 11 e 30, o Ministro P. W. Botha deslocar-se-á a Alverca e a Braço de Prata, em visitas às Oficinas Gerais de Material Aeronáutico e à Fábrica Militar.

No domingo partirá às 9 horas de Lisboa para prosseguir a sua viagem.

O comandante-chefe das Forças Armadas e o comandante da Marinha acompanham o Ministro

CIDADE DO CABO, 5 — Na sua viagem à Europa, com a primeira escala em Lisboa, o Ministro da Defesa, Pieter Botha é acompanhado por uma delegação militar constituída, além de outros elementos, pelo General Rudolf Hiemstra, comandante-chefe das Forças Armadas, e pelo Vice-Almirante Hugo Biermann, comandante da Marinha. A missão sul-africana demorará-se 11 dias na Europa, efectuando conversações de carácter oficial em Lisboa e Paris e fazendo visitas de carácter particular a Bonn e a Londres.

Pieter Botha, ao anunciar no mês passado esta visita à Europa, disse apenas que ela tem por objectivo fazer contactos necessários em virtude da sua recente nomeação como Ministro da Defesa.

O Ministro também declarou que discutiria as funções dos adidos militares sul-africanos nos países europeus que vai visitar.

Um informador do Ministério da Defesa recusou-se hoje a fazer declarações sobre os objectivos da visita. — R.

POPULORUM PROGRESSIO

(CONTINUAÇÃO DA 1.ª PAG.ª)

carta aos participantes da Semana Social Espanhola, reunida em Málaga.

O Papa prossegue:

«A Igreja, de harmonia com a doutrina do Evangelho, apresenta a liberdade como uma tomada de consciência da sua própria responsabilidade perante Deus. Recordando a filiação divina dos homens e o seu destino comum, Deus exorta-os ao exercício da solidariedade e impele-os à edificação da cidade terrestre, sem a esperança na Jerusalém Celeste.»

Depois de declarar que, quanto ao conceito de democracia, a Igreja se preocupa menos com ela que com o homem, que deve ser não o objecto passivo, mas o tema e o fundamento da vida social, Paulo VI acrescenta:

«Este princípio de base decorre o direito, que cabe a todos os membros duma comunidade de intervirem na vida política e de dispor de meios adequados a essa participação. É esta a condição normal dum povo que atinge a maioridade, bem como o alvo que devem visar os países em vias de desenvolvimento. Decorre também daí que o progresso de qualquer comunidade política depende da participação de todos os seus membros na actividade colectiva e tem o seu momento ideal na convergência de

AVIAÇÃO

NOVA CARREIRA DA TAP

A TAP inaugurou ontem mais uma carreira, na qual utilizará os «Caravelles». A carreira estabelece ligação entre Lisboa e Copenhaga, com escala em Bruxelas, funcionando em regime de «pool» com a S.A.S.

Na viagem inaugural tomarão parte alguns convidados.

COMPANHIA PORTUGUESA DE CELULOSE

S. A. R. L.

CAPITAL ESC: 270 000 000\$00

Rua Joaquim António de Aguiar, n.º 3 — LISBOA

Avisam-se os Senhores Accionistas de que, a partir do dia 10 do corrente mês, se encontra a Pagamento o dividendo do exercício de 1966 (cupão n.º 18), na Sede da Companhia e nos Bancos Espírito Santo e Comercial de Lisboa e Banco Pinto & Sotto Mayor, em Lisboa e Porto.

O pagamento às Caixas de Previdência será exclusivamente efectuado na Sede da Companhia.

Lisboa, 5 de Abril de 1967.

Pelo Conselho de Administração

a) EDUARDO RODRIGUES DE CARVALHO

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

COVAIS A DESOCUPAR E ANUIDADES EM ATRASO

Avisam-se as famílias dos falecidos inumados em Abril de 1962, nas sepulturas seguintes, de que, devem comparecer na Administração dos Cemitérios respectivos, para conhecimento das exumações a efectuar no corrente mês de Abril:

ALTO DE S. JOÃO	— 7548 a 7927	adultos	5900 a 6011	menores
PAZES	— 208 a 210	»	75 a 76	»
AJUDA	— 7171 a 7394	»	602 a 609	»
BENFICA	— 4614 a 4641	»	8502 a 8504	»
OLIVAIS	— 8579 a 8596	»	— 2025	»
LUMIAR	— 4909 a 4957	»	412 a 418	»

Avisam-se também as famílias dos depositados em compartimentos de jazigos e de ossários municipais para actualizarem as anuidades, a fim de evitarem que os restos mortais sejam retirados.

O VICE-PRESIDENTE,
Anibal David

DIÁRIO do PORTO

UM CENTRO DE REABILITAÇÃO E ORTOPEDIA NA CIDADE DE BRAGA

A cidade de Braga põe orgulhar-se, com razão plena, do grau de progresso que atingiu no último decénio. Engrandeceu-se modernizou-se, mas sem se descharacterizar. Continua a ser «ela própria», ostentando tudo o que memora e perpetua a nobreza do seu passado. Mas, justificadamente ambiciosa, a capital do Minho, aspira, de olhos no futuro, a mais e melhor. E a prova, mais uma prova, temo-la agora na próxima construção, já confiada a um empreiteiro, de um grandioso imóvel, desti-

nado ao Centro de Reabilitação e Ortopedia, e que custará à roda de 4400 contos. Será, no seu género, o primeiro estabelecimento assistencial do País. Ele interessa, assim, não apenas à cidade e à vasta região de que é cabeça, mas à própria Nação. Aqueles 4000 contos referem-se apenas, desnecessário seria dizer-lo à obra de construção — posto que o apetrechamento, o indispensável «molho», custará qualquer coisa como 8000 contos. Mas ninguém os dará por mal empregados.

IDENTIFICADOS OS ALEMAES QUE ROUBAVAM CAIXAS DE ESMOLAS NAS IGREJAS

Deram entrada na Polícia Judiciária os alemães presos em Viana do Castelo e que foram apanhados a furtar a caixa de esmolas de uma igreja. Ultimamente várias dessas caixas de igrejas e de nichos nas estradas têm sido furtadas nomeadamente nesta cidade, na Igreja dos Carmelitas.

Aquela Polícia está convencida de que sejam eles os autores de tais furtos, já que os três estiveram presos em Espanha por furtos ali praticados. Foram encontrados no seu carro vários mandatos de captura passados naquele país.

Os presos são: Nitch Harald, de 24 anos, solteiro, técnico de máquinas, de Strobming (Alemanha); Peter Femrbael, de 26, vendedor de artigos da construção civil, húngaro, natural de Duzs, filho de pais alemães; e Klaus Wolfgang Conrad, de 20 anos, funcionário administrativo.

natural de Geisenheim, Rhein (Alemanha).

CARTAZ DOS ESPECTACULOS CINEMAS

FRINDAL — As 15 e 30 e às 21 e 30 — «A Bíblia» (12 anos)
OLIMPIA — As 15 e 30 e às 21 e 30 — «O nosso agente em Marra-kesh» (12 anos).
VALE FORMOSO — As 15 e 30 e às 21 e 30 — «Senhora de Fátima» (12 anos).
COLISEU — As 15 e 30 e às 21 e 30 — «Rifil em Paris» (adultos).
JULIO DINIS — As 21 e 15 — «Fim de semana em Londres e A pele para o diabo» (12 anos).
ODEON — As 21 e 30 — «Eu sou mau» (17 anos).

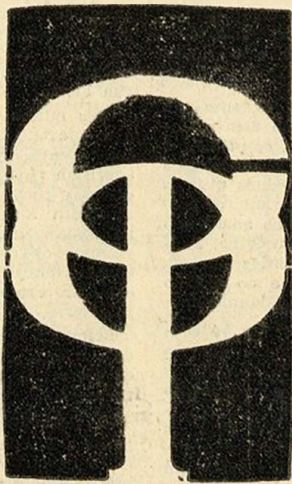
ACTIVIDADES do Instituto de Formação Profissional Acelerada

O Instituto de Formação Profissional Acelerada proporcionou já através do seu Centro n.º 1 de Lisboa (Xabregas), a habilitação profissional a cerca de 450 indivíduos que desempenhavam várias ocupações não especializadas na actividade económica nacional.

O referido Centro dispõe de onze secções, das quais se encontram actualmente a funcionar as de canalizações, pintura, fresagem, cofragens e armaduras, electricidade de baixa tensão, ajustagem, alvenarias e carpintaria, em diversos estágios.

Brevemente entrarão também em funcionamento, para os 3.º, 4.º e 5.º, estágios, respectivamente, as secções de electricidade de automóvel, de torneamento e de electromecânica.

Além disso, está prevista a abertura, dentro de curto prazo, de uma nova secção, dedicada a cursos de formação profissional em soldadura mista.



COMPANHIA GERAL DE CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS

S. A. R. L.

Lisboa - Porto - Coimbra

Depósitos e todas as operações de crédito, dentro das condições legais